



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Área Temática: Cultura Política e Democracia

MOBILIZAÇÃO COGNITIVA E PERFIS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA

Éder Rodrigo Gimenes (Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Julian Borba (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)

MOBILIZAÇÃO COGNITIVA E PERFIS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA

Éder Rodrigo Gimenes¹

Julian Borba²

Resumo

Enquanto entre democracias consolidadas é recorrente o diagnóstico de distanciamento dos eleitores com relação aos partidos políticos e os estudos se dedicam a identificar os potenciais efeitos de tal afastamento, entre as novas democracias pouca atenção tem sido dispensada à análise do comportamento político dos cidadãos com relação a tais instituições, especialmente entre aqueles países onde a democracia ainda encontra-se em processo de consolidação, como nas unidades nacionais latino-americanas. Em Gimenes (2015) há indícios de que a relação entre mobilização cognitiva e simpatia partidária tem efeitos sobre as distintas maneiras como os eleitores aderem à democracia. Contudo, o pesquisador testou a tese do apartidarismo (DALTON, 2013) apenas à posição churchilliana, o que denota esforços no sentido de analisar a democracia sob a perspectiva multidimensional para responder a uma relevante questão: os apartidários são mais democratas? Diante de tal contexto, o presente *paper* busca refinar os resultados encontrados por Gimenes (2015), a fim de contribuir para o debate em torno da relação existente entre recursos individuais e efeitos sobre a manutenção e/ou fortalecimento de regimes democráticos na América Latina. Analisamos dados decorrentes da onda de 2012 do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) para um conjunto de 21 países latino-americanos e para os Estados Unidos, de modo que os resultados de regressões binárias apontaram efeitos distintos [a] dos perfis de eleitores sobre a posição churchilliana e também sobre as dimensões procedimentais da democracia definidas por Fuks *et al* (2016) como “adesão aos procedimentos de escolha”, “adesão normativa ao voto”, “adesão à participação de todos” e “adesão ao princípio da representação” e [b] quando comparados América Latina e Estados Unidos. Nesse sentido, nossas conclusões apontam a necessidade de aprofundamento desta agenda de pesquisa ao menos no que tange a três pontos: [1] verificar a limitação da capacidade explicativa da tese do apartidarismo sobre aspectos procedimentais da adesão à democracia; [2] verificar a relação existente entre os recursos individuais testados (mobilização cognitiva combinada com simpatia partidária) sobre medidas valorativas de adesão à democracia, como igualitarismo e tolerância, por exemplo; e [3] testar a relação hierárquica entre variáveis individuais e de contexto sobre o apoio ao regime.

Palavras-chave: Eleitores. Partidos políticos. Democracia. América Latina.

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política da Universidade Estadual de Maringá (NUPPOL/UEM). Contato: ergimenes@uem.br

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: julian@cfh.ufsc.br

MOBILIZAÇÃO COGNITIVA E PERFIS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA

Éder Rodrigo Gimenes

Julian Borba

1 Considerações iniciais

Entre democracias consolidadas, é recorrente o diagnóstico de distanciamento dos eleitores com relação aos partidos políticos, de modo que a discussão contemporânea busca identificar os potenciais efeitos desse desalinhamento sobre os cidadãos, as instituições políticas e o próprio regime. Já entre as novas democracias, pouca atenção tem sido dispensada à análise do comportamento político dos cidadãos com relação aos partidos políticos, instituições centrais aos regimes representativos, especialmente entre aqueles países onde a democracia ainda encontra-se em processo de consolidação, como nas unidades nacionais latino-americanas. Neste cenário político, majoritariamente caracterizado por recentes períodos militares, a adesão normativa entre os cidadãos com baixa tradição democrática tende a ser mais frágil, o que implica inferir que os efeitos da desafeição partidária podem ser mais deletérios, bem como que é plausível a hipótese de efeitos desestabilizadores ao regime (TORCAL; MONTERO, 2006; RIBEIRO, 2011).

O mais recente livro de Russell Dalton, *The apartisan American* (2013), trata da investigação sobre o desalinhamento, especialmente nos Estados Unidos, sob uma perspectiva que avança com relação a binarismos como partidários x não partidários, identificados x não identificados e eleitores alienados x eleitores sofisticados. Baseado no conceito de mobilização cognitiva e da manifestação de laços partidários pelos indivíduos, o autor estabeleceu uma tipologia dos perfis eleitorais entre cidadãos de democracias consolidadas, por meio da qual avançou na qualificação da natureza do afastamento.

A despeito das relevantes observações de Alaminos e Penalva (2012) acerca do conceito e da operacionalização da variável que mensura a mobilização cognitiva e tendo em vista a carência de estudos relacionados à temática entre o eleitorado latino-americano, Gimenes (2015) replicou o modelo de Dalton (2013) a um conjunto de países da América Latina, a fim de estabelecer o diálogo entre os resultados verificados entre democracias consolidadas com aqueles advindos de contextos onde o regime encontra-se em processo de fortalecimento. Os resultados apontaram a redução do percentual de eleitores com perfil relacionado à alienação política, acompanhada especialmente de elevações nos contingentes de indivíduos com alta mobilização cognitiva, os quais teriam maiores recursos para acessar, acompanhar e se posicionar no campo político.

Dado que são muitos os autores que se reportam à máxima de Schattschneider (1942) de que a democracia é impensável sem partidos políticos, por consequência, não apenas tais instituições seriam centrais aos processos políticos e ao jogo democrático, mas também as relações que os indivíduos estabelecem com as legendas e com o sistema partidário se tornariam fundamentais à persistência do regime.

Nesse sentido, Gimenes (2015) buscou entender como as distintas formas de relacionamento do eleitorado com os partidos se configuram com relação à adesão à democracia. Para tanto, o autor verificou a capacidade preditiva da tipologia de Dalton (2013) sobre o apoio ao regime na América Latina. Os resultados demonstraram que, ainda que com pequenas variações entre os anos de 2008 e de 2014, o percentual de eleitores latino-americanos que concorda com a posição churchilliana de que o referido regime pode ter problemas mas é melhor do que as outras formas de governo tem permanecido em torno de três quartos do total, valor semelhante àquele verificado entre os estadunidenses em 2014 (74%), o que denota expressivo apoio ao regime nas democracias em processo de consolidação na região. No entanto, mais relevante do que a verificação de que tal adesão encontra-se no mesmo patamar daquele país tido como exemplo de democracia consolidada, é a possibilidade de analisar tal indicador à luz do modelo estabelecido naquele contexto.

Por meio de modelos de regressão em que a posição churchilliana foi inserida como variável dependente, tendo os perfis eleitorais como variável explicativa, Gimenes (2015) encontrou resultados que permitiram inferir que a tipologia dos perfis proposta por Dalton (2013) gera rendimentos empíricos coerentes na América Latina, de modo que seria possível tratar de expectativas com relação aos efeitos dos padrões de relacionamento entre eleitores e partidos ao funcionamento e à consolidação de tais regimes na região. Contudo, uma questão permanece: os apartidários são mais democratas?

Diante de tal contexto e da indagação acima, o presente *paper* busca refinar os resultados encontrados por Gimenes (2015), especificamente no que tange à multidimensionalidade da adesão ao regime, a fim de contribuir para o debate em torno da relação existente entre recursos individuais (a saber: mobilização cognitiva e identificação partidária) e efeitos sobre a manutenção e/ou fortalecimento de regimes democráticos na América Latina.

Para tanto, além desta seção introdutória, as próximas seções tratam [a] do panorama dos estudos sobre partidarismo na América Latina, [b] da composição dos perfis de eleitores por Dalton (2013) e das expectativas em torno da teoria da mobilização cognitiva, [c] da discussão em torno do apoio à democracia e da multiplicidade de maneiras de mensurar tal adesão, [d] dos resultados pertinentes à verificação do comportamento político dos eleitores latino-americanos no que tange ao apoio ao referido regime, perpassados pelos perfis destacados anteriormente e em comparação com os estadunidenses por se tratarem de indivíduos socializados sob amplo contexto democrático e [e] considerações conclusivas.

2 Partidarismo na América Latina³

Em se tratando do desenvolvimento das relações entre eleitores e partidos políticos na América Latina, dois trabalhos se destacam pelas distintas perspectivas apontadas na virada do milênio. Por um lado, Baquero (2000) apontava que as jovens democracias latino-

³ Gimenes (2015) oferece um balanço atualizado da literatura sobre partidarismo.

americanas enfrentavam uma crise, a qual incluía, dentre outros aspectos, os partidos políticos. Segundo o autor, no que dependesse da institucionalização de tais instituições, a estabilidade democrática parecia longe de ser alcançada na região, uma vez que não eram raros os casos de partidos que abandonaram seu perfil ideológico para se tornarem máquinas eleitorais que, com vistas a atingir os postos de poder, passaram a adotar estratégias centristas, do tipo *catch-all*.

De maneira no mínimo alarmante, o autor destacou que

Impõe-se, com urgência, um redirecionamento dos partidos a fim de que possam recuperar o espaço de interlocução entre Estado e sociedade. [...] A situação se agrava caso se concorde que os partidos não podem ser substituídos. Se eles ainda cumprem função essencial, a postura de quem se proclama democrático deve ser uma luta pela reestruturação para que, assim, desempenhem eficientemente o seu papel de intermediadores entre Estado e sociedade (BAQUERO, 2000, p. 173-174).

Por outro lado, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) propuseram uma classificação dos sistemas partidários e partidos políticos que lhes permitiu afirmar que a América Latina gozava de grande heterogeneidade e de “relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos”, que consideraram surpreendente pela condição de manutenção, ainda que parcial, de aspectos presentes na ordem anteriormente vigente (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002, p. 144).

Conforme os autores,

Dada a centralidade que os partidos continuam tendo, é interessante pensar na necessidade de conhecer ainda mais como funcionam internamente. Isso nos leva a mudar a unidade de análise dos sistemas partidários para os partidos e observar o modo como interagem os diversos atores que os integram: suas características e sua natureza; sua participação nos processos de tomada de decisões; o modo como se produz a política e esta se exerce (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002, p. 150).

Dentre os estudos desenvolvidos posteriormente, a maior parte trata de casos nacionais. Dentre aqueles com perspectiva regional, destacamos as contribuições de Mainwaring (2001) e Payne (2007) acerca da institucionalização dos sistemas partidários, de Lupu (2015), Borba, Ribeiro e Gimenes (2015a), Gimenes *et al* (2015) e Gimenes (2015) sobre a identificação dos determinantes do partidarismo, de Moreno (2015) sobre a relação entre a intensidade do sentimento partidário e aspectos atitudinais e comportamentais e à discussão em torno da verificação do fenômeno do desalinhamento partidário na América Latina por Carreras, Morgenstein e Su (2013), Albala e Vieira (2014) e Gimenes (2015).

Tais estudos se valeram de diferentes fontes, como dados de opinião pública, estatísticas eleitorais, desenhos dos sistemas político, eleitoral e partidário, informações sobre os contextos social e econômico, o que demonstra quão multifacetada é a temática e a gama de possibilidades analíticas para investigações sobre o partidarismo.

Mainwaring (2001) e Payne (2007) destacaram em suas pesquisas, dentre outros aspectos, a relevância da identificação partidária e suas *proxys* como relevantes ao processo de desenvolvimento

dos sistemas partidários entre novas democracias latino-americanas, assim como Dalton e Weldon (2007) apontaram para as jovens democracias européias.

No que diz respeito aos determinantes individuais e contextuais do partidarismo, Gimenes (2015) dialogou com os resultados de pesquisas de Lupu (2015), Borba, Ribeiro e Gimenes (2015a), Gimenes *et al* (2015) e propôs modelos multiníveis, nos quais foram testadas as capacidades preditivas de variáveis individuais sociodemográficas (sexo, idade, etnia, área de residência e escolaridade) e atitudinais (interesse por política, eficácia política subjetiva, extremismo ideológico e avaliação de governo) e também de contexto, nos termos do que Reis (2003) definiu como “engenharia” (crescimento do Produto Interno Bruto [PIB], fragmentação partidária [ou número efetivo de partidos – NEP] e obrigatoriedade do voto) e “decantação” (idade das democracias).

Os resultados denotaram, no nível individual, a relevância da sofisticação política, da capacidade de posicionamento no espectro ideológico e da avaliação do desempenho do governo frente ao estabelecimento de laços partidários entre os eleitores latino-americanos. Ademais, tais características se revelaram mais importantes preditores do que aquelas relacionadas à centralidade social para a explicação da identificação partidária. Já no nível estrutural, destacamos primeiramente que, com o passar dos anos⁴, as variáveis de “engenharia” deixaram de ser explicativas do partidarismo, diante da persistência do período democrático. Em segundo lugar, os dados recentes apontaram que apenas a idade da democracia seria explicativa ao partidarismo dentre as variáveis de contexto, o que confirma o argumento teórico de Converse (1969), Reis (2003) e Rico (2010) de que a vivência e o aprendizado políticos seriam mais expressivos ao enraizamento dos partidos políticos junto ao eleitorado do que aspectos formais ou legais da organização dos sistemas partidário, político e eleitoral, como consequência, em alguma medida, do processo de decantação do regime democrático (GIMENES, 2015).

Dentre os demais estudos, Moreno (2015) destacou a relevância da intensidade da identificação partidária aos valores, atitudes e comportamentos políticos. Por fim, por Carreras, Morgenstern e Su (2013), Albala e Vieira (2014) e Gimenes (2015) demonstraram haver indícios de que o fenômeno do desalinhamento não atinge os países latino-americanos da mesma maneira como se verifica em democracias consolidadas, tanto tomados em conjunto quanto quando comparadas as unidades nacionais.

3 A tese da mobilização cognitiva

Dada a expansão do número de eleitores estadunidenses que não declaravam identificação com partidos políticos ao longo das últimas cinco décadas, Dalton (2013) tem se dedicado a pesquisas sobre o perfil de tais indivíduos e às consequências da alteração de seu perfil à democracia naquele país. Segundo o autor, os eleitores que não possuem vínculos com partidos seriam jovens, mais

⁴ Dada o curto espaço temporal coberto pelo LAPOP e a amplitude do conjunto de unidades nacionais cobertas, as análises compreenderam as ondas de 2008 e 2014.

instruídos e interessados por política que os cidadãos médios, porém sem alianças partidárias como aquelas desenvolvidas nas gerações de seus pais. Tais eleitores teriam sido essenciais às decisões nos últimos pleitos.

Sobre as eventuais consequências desta afastamento, o autor destacou, por um lado, pesquisas que apontam os independentes como indivíduos alheios ao noticiário sobre política, que não entendem os discursos políticos e escolhem seus votos sem preocupação com a participação efetiva nas eleições. Em contrapartida, o partidarismo pode também ser abordado como sinônimo de falta de visão, de vontade e de compromisso por parte dos eleitores, o que significa que o cidadão ideal seria aquele capaz de fazer escolhas políticas de maneira objetiva, sem vínculo emocional com um partido político. Sob a segunda perspectiva, seria positivo o movimento de enfraquecimento dos laços afetivos dos indivíduos com as referidas instituições nos Estados Unidos (DALTON, 2013).

Com vistas a identificar quem seriam os “novos independentes”, porém politicamente engajados, o autor propôs a diferenciação dos eleitores não apenas pela manifestação de envolvimento com partidos, mas considerando também seu refinamento cognitivo, uma vez que parte do eleitorado estadunidense atual possui alta escolaridade, livre acesso aos meios de comunicação e maior interesse por política. Para tanto, Dalton (2013) criou um índice de partidarismo cognitivo⁵, a partir do qual apontou quatro padrões distintos de mobilização, decorrentes da combinação entre uma medida de mobilização cognitiva (composta por nível de escolaridade e interesse por política) e simpatia partidária⁶.

Quadro 1. Índice de partidarismo cognitivo

Mobilização cognitiva	Simpatia partidária	
	Sem identificação partidária	Com identificação partidária
Alta	Apartidários	Partidários cognitivos
Baixa	Independentes apolíticos	Partidários rituais

Fonte: Adaptado de Dalton (2013, p. 40).

De maneira breve, destacamos que o autor ordenou os perfis em uma escala crescente de racionalidade que assumiria independentes apolíticos como eleitores com menores recursos, seguidos progressivamente por partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários, estes últimos com perfil próximo ao ideal democrático (DALTON, 2013).

Em termos empíricos, o autor analisou a relevância de tais perfis à cultura política dos estadunidenses com relação ao apoio manifestado a valores democráticos, a busca por maior refinamento político, o ativismo político, a importância atribuída e a capacidade de diferenciação dos partidos, a identificação partidária e a relevância das campanhas eleitorais para decisão do voto. Em um segundo momento, Dalton (2013) replicou a empreitada a um conjunto de países europeus⁷ e concluiu que ainda haveria razões para sermos cautelosos com relação aos não partidários, uma vez

⁵ Livre tradução para *Cognitive-Partisan Index* (DALTON, 2013, p. 40).

⁶ Detalhes técnicos sobre a replicação deste modelo encontram-se em Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b).

⁷ Dalton (2013) analisou dados referentes à Suécia, Portugal, Dinamarca, Noruega, Holanda, Israel, Grécia, Áustria, Finlândia, Suíça, França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Irlanda e Itália.

que parte deles é inevitavelmente mal informada ou têm opiniões políticas inconsistentes. Contudo, o desengajamento partidário crescente do eleitorado não seria totalmente ruim, pois a expansão do eleitorado apartidário representaria uma implicação positiva aos processos eleitorais e à democracia.

Segundo o mesmo autor, o aumento dos níveis de ensino, do acesso à informação política e do entendimento quanto ao papel do governo seriam capazes de produzir um processo de mobilização cognitiva capaz de ampliar as habilidades políticas e os recursos do cidadão médio, o que poderia conformar eleitores capazes de fazer julgamentos independentes dos candidatos e de questões de momento.

4 A multidimensionalidade da adesão à democracia

A despeito da baixa confiança depositada pelos cidadãos em instituições representativas, os índices de adesão normativa à democracia têm permanecido elevados ou ao menos estáveis, tanto entre sociedades industriais avançadas (NORRIS, 1999) quanto em regimes em processo de consolidação, como os países da América Latina (POWER; JAMISON, 2005).

Para além da distinção clássica de Easton (1975) sobre as maneiras por meio das quais os indivíduos podem apoiar o regime democrático (normativa e específica⁸), destacamos algumas tentativas recentes de complexificar a análise. Inicialmente, destacamos o trabalho de Moisés (2008), que construiu uma tipologia em que dividiu os indivíduos entre democratas, ambivalentes e autoritários, consideradas as combinações entre respostas a duas questões que mensuram o apoio abstrato ao regime, quais sejam: [1] o nível de concordância/discordância com a afirmação de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” e [2] a opção dentre as afirmações de que “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, de que “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível” e de que “Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou não democrático”. Com base nos dados do Latinobarômetro para a América Latina, referentes ao período 2002-2004, o autor constatou que 52,7% dos cidadãos, segundo a média regional, poderiam ser classificados como democratas. Além disso, verificou ainda que havia países onde a maior parte do eleitorado era composta por eleitores ambivalentes (Peru, Equador e Brasil) e que o autoritarismo não desaparecera por completo na região, especialmente entre os paraguaios, sendo que 25% destes foram enquadrados como autoritários.

Já Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014) propuseram uma alternativa multidimensional e utilizaram como indicadores a competição eleitoral, a participação política, a limitação do Poder Executivo, o Estado de direito e a tolerância política. Agregados em um índice com variação entre zero e cinco pontos, tais aspectos lhes permitiram classificar os latino-americanos em não democratas, democratas não coesos e democratas coesos. Considerando dados do LAPOP de 2012, seus resultados apontaram que, para um conjunto de 17 países, apenas 6,5% dos latino-americanos seriam classificados como não democratas, ao passo outros 12,3% seriam democratas coesos e a maior parte

⁸ Para detalhes sobre a classificação eastoniana da adesão à democracia, ver Gimenes (2011).

dos cidadãos (81,2%) corresponderia a democratas não coesos, os quais aderem parcialmente aos indicadores democráticos considerados na composição do modelo.

Mais recentemente, Fuks *et al* (2016) apresentaram uma proposta alternativa, na qual qualificaram a adesão à democracia entre os brasileiros a partir de uma multiplicidade de atitudes relacionadas aos seus distintos princípios norteadores, quais sejam: [1] “adesão aos procedimentos de escolha”, [2] “adesão normativa ao voto”, [3] “adesão à participação política” e [4] “adesão ao princípio da representação”. Em tal proposta, que tratou o democratismo sob a perspectiva multidimensional, os partidos políticos compõem a quarta dimensão analisada. Os resultados encontrados pelos autores confirmaram a multidimensionalidade do apoio ao regime, bem como a baixa correlação existente entre as distintas dimensões.

Neste *paper*, propomos o diálogo entre a tipologia dos perfis de eleitores de Dalton (2013) e o modelo multidimensional de adesão à democracia de Fuks *et al* (2016), de modo que se faz pertinente destacar o argumento central da investigação daqueles autores e a composição de suas medidas de apoio ao regime. Sobre o primeiro aspecto, os autores buscaram superar pesquisas que buscam mensurar a legitimidade democrática por meio de questões diretamente relacionadas à preferência por tal regime, por meio da utilização de variáveis que possibilitem verificar em que medida os cidadãos estão de acordo com princípios e valores democráticos (BOOTH; SELIGSON, 2006; 2009; CARLIN; SINGER, 2011).

Em se tratando do segundo aspecto, destacamos que as dimensões exploradas por Fuks *et al* (2016) visam contemplar os componentes que remetem aos maiores consensos na literatura política como indispensáveis à existência de um regime democrático. A primeira dimensão explorada pelos autores, denominada “adesão aos procedimentos de escolha” considera a realização de eleições livres e competitivas para a escolha de líderes como característica central do regime democrático, nos termos de Dahl (1997). “Ao transportarmos para o terreno das atitudes políticas, entendemos que um indivíduo ao aceitar outros meios que não eleições livres e competitivas para a escolha dos governantes fere uma de suas dimensões mais elementares [...]” (FUKS *et al*, 2016, p. 206). A operacionalização da medida se deu pela criação de um índice com variáveis relacionadas à aceitação de que seria justificável a tomada do poder pelos militares diante de crises relacionadas a aspectos econômicos, sociais ou políticos.

A segunda dimensão, “adesão normativa ao voto”, trata do valor que os indivíduos atribuem ao seu direito de votar, independente da obrigatoriedade ou compulsoriedade do comparecimento eleitoral, e foi mensurada pelos autores por meio da questão que contrapõe a opção de ser governado por um líder forte e que não seja eleito pelo voto à democracia eleitoral.

A terceira dimensão diz respeito à participação dos eleitores para além do momento eleitoral. “Em termos de atitudes políticas, esse princípio envolve o reconhecimento do cidadão de quão importantes e legítimas são as diferentes formas de participação política [...]”. Denominada “adesão ao princípio da participação política”, esta dimensão foi mensurada pela combinação das respostas

referentes à aprovação de que pessoas participem de manifestações permitidas em lei e em organizações ou grupos destinados a resolver problemas da comunidade.

Por fim, a “adesão ao princípio da representação política” dialoga com a literatura que reconhece nos partidos políticos instituições centrais ao funcionamento da democracia, mensurada por meio da variável que questiona sobre o reconhecimento da importância dos partidos ao referido regime.

A análise dos resultados por Fuks *et al* (2016) se deu em três partes, considerados dados do LAPOP referentes a 2006/7, 2008, 2010 e 2012. Inicialmente, os autores verificaram a proporção de brasileiros e de latino-americanos que declararam concordar com a afirmação de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, em detrimento de que “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” e de que “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível”. Os resultados apontaram que a proporção de brasileiros que apoiam a democracia segundo a posição churchilliana é menor, em todos os momentos comparados, do que o percentual latino-americano.

Em um segundo momento, identificados os percentuais de democratas a partir da medida abstrata anteriormente descrita, os autores se concentraram na verificação do quanto os indivíduos que concordaram com aquela afirmação manifestavam-se democratas também com relação a normas, valores e princípios democráticos. Seus resultados apontaram: [1] apesar de sofrer redução entre 2006 e 2012, ainda gira em torno de 25% para a América Latina e de 27% para o Brasil o contingente de democratas que aceitaria a tomada de poder por um golpe militar diante de problemas graves; [2] o entendimento sobre a relevância da democracia eleitoral é predominante entre ambos os grupos (superior a 90% em todo o período); [3] as médias de apoio à participação política são superiores a 70% também em todos os pontos do tempo verificados e para ambos os conjuntos de cidadãos, o que significa que o engajamento político é considerado relevante por parcela considerável dos democratas; e [4] a adesão ao regime democrático baseado na representação política é a dimensão que goza de menor apoio entre os democratas, uma vez que atinge entre 55 e 60% desse tipo de eleitores no Brasil e na América Latina (FUKS *et al*, 2016).

Por fim, os autores testaram a hipótese de que “se os diferentes princípios subjacentes à democracia não formam um sistema de crenças coeso, podemos supor que cada um deles tenha uma dinâmica independente” (FUKS *et al*, 2016, p. 212). Testes de correlação por matriz policórica para o caso nacional apontaram o baixo relacionamento entre as dimensões, de modo que “a inconsistência atitudinal dos democratas brasileiros pode ser interpretada como um indício de que eles não são muito democráticos” (FUKS *et al*, 2016, p. 213).

5 Perfis eleitorais e adesão à democracia

Considerado o objetivo deste *paper*, buscamos verificar em que medida a tipificação proposta por Dalton (2013) para o eleitorado estadunidense é apropriada para verificarmos o

posicionamento de eleitores das ainda novas democracias latino-americanas com relação à adesão democrática. Neste sentido, tomamos um amplo conjunto de países em nossa análise, que contempla, inclusive, unidades nacionais da América Central pouco exploradas por pesquisadores que se debruçam sobre a região⁹, bem como realizamos comparações com dados dos Estados Unidos, democracia consolidada no continente e base para o desenvolvimento da tese do apartidarismo. Os dados referem-se à onda de 2012 do LAPOP¹⁰.

Segundo Dalton (2013), a persistência do regime democrático se relaciona, ainda que parcialmente, à elevação da qualidade dos cidadãos. Segundo o mesmo autor, os eleitores estadunidenses cujos perfis denotam maior capacidade cognitiva aderem à democracia em medida maior que aqueles identificados entre independentes apolíticos e partidários rituais, sendo que partidários cognitivos e apartidários seriam mais esclarecidos e tolerantes. Os demais aspectos analisados em *The partisan American*, como refinamento e ativismo políticos, se relacionariam diretamente à medida de adesão ao regime, tanto como causas quanto como consequências de tal aspecto.

A fim de dialogar com a tese do apartidarismo, adotamos a afirmação relacionada à posição churchilliana como modelo inicial. Ainda que menos complexa do que as proposições mencionadas na seção anterior, a utilização de tal questão se justifica pelo fato de ser internacionalmente reconhecida como indicador de adesão à democracia como forma de governo (DALTON, 1999; KLINGEMANN, 1999) e ser amplamente utilizada por pesquisadores que buscam quantificar os elementos abstratos da legitimidade democrática (OLIVEIRA, 2015), mais especificamente no que diz respeito à dimensão abstrata de apoio ao regime (EASTON, 1975). Nossa expectativa é comparar os resultados decorrentes desta medida simples de democratismo com aqueles da proposta multidimensional adotada por Fuks *et al* (2016)¹¹.

Consideradas as possibilidades de respostas à questão do LAPOP, classificamos como democratas os indivíduos que concordaram com a afirmação de que “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” e como não democratas aqueles que responderam que “Para pessoas como eu, não faz diferença se o governo é democrático ou não democrático” ou que “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível a um democrático”.

A fim de testar a capacidade preditiva dos distintos perfis sobre a posição churchilliana, construímos modelos de regressão binária em que os eleitores dotados de menos recursos – os independentes apolíticos – são tomados como categoria de referência para a variável independente.

⁹ Utilizamos dados do LAPOP para Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

¹⁰ A opção por 2012 se justifica pelo fato daquela onda do LAPOP contemplar todas as dimensões da democracia tratadas por Fuks *et al* (2016), o que não se verifica nas bases de dados disponíveis para 2014.

¹¹ Tabelas descritivas com percentuais de eleitores que aderem às distintas dimensões da democracia na América Latina e nos Estados Unidos, tomados de conjunto e distribuídos entre os perfis estabelecidos por Dalton (2013) encontram-se anexas.

Incluimos ainda sexo, faixa etária e etnia como variáveis de controle. Dada a limitação de páginas, nos concentramos sobre a comparação dos efeitos da variável explicativa¹².

Tabela 1. Preditores da adesão normativa (posição churchilliana)

	América Latina		Estados Unidos	
Sexo [masculino]	1,081	*	1,279	
Faixa etária	1,203	***	1,334	***
Etnia [branco]	1,157	***	,999	
Perfis				
Partidário ritual	1,190	***	2,801	***
Partidário cognitivo	1,339	***	4,524	***
Apartidário	1,275	***	3,084	***
Constante	1,785	***	,695	
% de acertos	77,0		81,3	

Fonte: LAPOP (2012).

Os perfis dos eleitores apontam rendimentos coerentes com a proposta teórica de Dalton (2013) para ambos os grupos. Entre os latino-americanos, verificamos que aqueles que se balizam por simpatia partidária mas não gozam de alta mobilização cognitiva têm 19% mais chances de concordarem com a afirmação churchilliana do que os eleitores com dispõem de baixos recursos políticos e cognitivos. Entre os que possuem alta mobilização cognitiva, os percentuais são ainda mais expressivos: partidários cognitivos e apartidários têm, respectivamente 33,9% e 27,5% maior possibilidade de se declararem democratas do que independentes apolíticos. Entre os estadunidenses, os efeitos dos perfis sobre as manifestações de democratismo são ainda maiores: em comparação com independentes apolíticos, partidários rituais têm 180,1% maior chance de concordarem com a afirmação churchilliana, enquanto as taxas para partidários cognitivos e apartidários atingem 352,4% e 208,4%, respectivamente.

Em termos comparativos, os efeitos são maiores entre os estadunidenses, porém no mesmo sentido verificado entre os latino-americanos, ou seja, mais expressivos para partidários cognitivos, intermediários para apartidários e menores para partidários rituais, quando comparados com independentes apolíticos. Nesse sentido, podemos inferir que os distintos recursos possuem impactos substantivos sobre a adesão abstrata ao regime (EASTON, 1975), sendo que a identificação partidária, de forma isolada, tem efeito menor que a mobilização cognitiva e que a combinação entre tais recursos resulta em maior propensão ao apoio à democracia entre ambos os conjuntos de cidadãos, com destaque àqueles da democracia consolidada.

No que tange às dimensões da democracia, o primeiro indicador trata da “adesão aos procedimentos de escolha”. Tal medida decorre da união de três variáveis relacionadas à possibilidade de aceitação de tomada do Estado por golpe militar em casos de crises econômica, social e política. A redação do LAPOP para a bateria de questões é: “Algumas pessoas dizem que em certas

¹² O mesmo procedimento se repete para os modelos cujas variáveis explicativas são as dimensões da democracia.

circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar...?” As circunstâncias apontadas são “diante de desemprego muito alto”, “quando há muito crime” e “diante de muita corrupção” e as alternativas de respostas são “Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado” e “Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado” (FUKS *et al*, 2016).

A fim de empreender modelos passíveis de comparação, manipulamos tais variáveis de maneira distinta daquela de Fuks *et al* (2016). Após a realização de testes que indicaram a possibilidade de redução desses conjuntos de variáveis a medidas unitárias¹³, binarizamos o índice (utilizado por aqueles autores em escala de 0 a 3 pontos) e construímos um indicador exigente de adesão à democracia, no qual diferenciam-se aqueles que aceitariam um golpe por qualquer motivo e os que não aceitariam a tomada do Estado em casos de crises.

Tabela 2. Preditores da adesão aos procedimentos de escolha

	América Latina	Estados Unidos
Sexo [masculino]	1,027	1,388 *
Faixa etária	1,210 ***	1,404 ***
Etnia [branco]	1,480 ***	1,196
Perfis		
Partidário ritual	,984	,678
Partidário cognitivo	1,280 ***	1,658 *
Apartidário	1,337 ***	1,955 *
Constante	,561 ***	,389 **
% de acertos	55,5	64,9

Fonte: LAPOP (2012).

Para a dimensão da “adesão aos procedimentos de escolha”, encontramos efeitos apenas para os perfis com alta mobilização cognitiva. Entre os brasileiros, partidários cognitivos apresentam chance 28% maior que independentes apolíticos de apoiar a manutenção do regime mesmo diante de crises, enquanto entre os apartidários tal valor atinge 33,7%. Já entre os estadunidenses, partidários cognitivos têm 65,8% mais chance de manifestar-se favoravelmente à manutenção da democracia diante da possibilidade de golpes e apartidários o fazem com 95,5% mais possibilidade.

Como partidários rituais não se diferenciam de independentes apolíticos e partidários cognitivos e apartidários são significativamente distintos da categoria de referência dos modelos, inferimos que a mobilização cognitiva é recurso relevante à preferência pela manutenção da democracia mesmo diante de crises de ordem econômica social ou política tanto entre latino-americanos quanto entre estadunidenses. Contudo, como verificamos maior diferenciação entre partidários cognitivos e apartidários nos Estados Unidos do que na América Latina, ambos em

¹³ A criação dos índices de “adesão aos procedimentos de escolha” foi realizada após análise de confiabilidade, por meio do procedimento de *Reliability Analysis* do SPSS, o qual retornou resultados para os testes de Alpha de Cronbach de ,779 para a América Latina e de ,695 para os Estados Unidos, em conformidade com a indicação de Wooldridge (2005). Dada a verificação da consistência interna indicada pelo teste, foi possível a redução das variáveis destacadas a uma única escala integrada (BOHRNSTEDT e KNOKE, 1989).

comparação com independentes apolíticos, assumimos a hipótese de que a maior experiência democrática acumulada naquele país seja capaz de produzir efeitos mais fortes sobre seus cidadãos, os quais se manifestariam menos dispostos a abrir mão do regime democrático mesmo diante das situações destacadas.

A dimensão da “adesão normativa ao voto” corresponde à manifestação de preferência dos eleitores pela democracia eleitoral. No LAPOP, tal indicador é representado pela questão “Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?”, cujas opções de respostas eram “necessitamos de um líder forte que não seja eleito através do voto” e “a democracia eleitoral é o melhor”.

Tabela 3. Preditores da adesão normativa ao voto

	América Latina	Estados Unidos
Sexo [masculino]	1,054	1,917 *
Faixa etária	1,152 ***	1,341 *
Etnia [branco]	1,046	,945
Perfis		
Partidário ritual	1,218 ***	2,711 *
Partidário cognitivo	1,863 ***	10,238 ***
Apartidário	1,515 ***	2,031 *
Constante	3,156 ***	1,465
% de acertos	84,2	91,2

Fonte: LAPOP (2012).

A adesão normativa ao voto apresenta efeitos positivos e significativos entre todos os perfis e para ambos os grupos. Para a América Latina, identificamos chances maiores de apoio à democracia eleitoral entre partidários rituais (21,8%), partidários cognitivos (86,3%) e apartidários (51,5%), em comparação com independentes apolíticos. Nos Estados Unidos, partidários rituais têm 171,1% mais chance de manifestar-se favoráveis ao voto do que a categoria de referência, valor que atinge 923,8% entre partidários cognitivos e 103,1% entre apartidários.

A diferenciação entre os efeitos se deve a dois aspectos. O primeiro diz respeito à questão da obrigatoriedade ou facultatividade do voto, uma vez que, apesar de ser compulsório na maior parte dos países analisados na América Latina¹⁴, temos um conjunto heterogêneo reunido, ao passo que nos Estados Unidos não há imposição legal ao voto. O segundo remete à recorrência dos processos eleitorais e da persistência do regime democrático como importantes aspectos ao fortalecimento, consolidação e legitimidade de tal regime (CONVERSE, 1969; RICO, 2010), em que se diferenciam fortemente os Estados Unidos e as novas democracias latino-americanas. Os efeitos comparados dos perfis se manifestam diferentes entre latino-americanos e estadunidenses no que se refere a dimensão

¹⁴ O comparecimento eleitoral é compulsório na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Costa Rica, no Equador, na Guatemala, em Honduras, no México, no Panamá, no Paraguai, no Peru, na República Dominicana e no Uruguai e facultativo em Belize, no Chile, na Colômbia, em El Salvador, na Guiana, na Jamaica, na Nicarágua e na Venezuela. O único país da região a sofrer alteração recente na legislação eleitoral foi o Chile, que instituiu a facultatividade do voto em 2011 (GIMENES, 2015).

do voto. Primeiro, destacamos que partidários rituais entendem em maior medida que independentes apolíticos que a democracia eleitoral é boa, ainda que haja problemas em seu funcionamento. Já entre os partidários cognitivos, identificamos os efeitos mais discrepantes, uma vez que estadunidenses que combinam mobilização cognitiva e simpatia partidária têm chances muito superiores do que latino-americanos de apoiarem em maior medida o voto popular, ambos quando comparados com a categoria de referência. Por fim, enquanto na América Latina os apartidários são mais propensos do que os partidários rituais e menos do que os partidários cognitivos a aderir à democracia eleitoral, nos Estados Unidos vemos que apartidários apoiam menos tal regime do que os perfis partidários, o que pode ser explicado pelo fato de que o conjunto de países abordado na América Latina contempla diferentes configurações com relação a legislação eleitoral (comparecimento obrigatório ou facultativo), ao passo que no país analisado em separado não há compulsoriedade do voto e a manifestação de opção pela democracia eleitoral está mais associada aos perfis com identificação partidária do que àquele definido por Dalton (2013) como próximo ao ideal democrático.

A terceira dimensão se refere a “adesão à participação de todos”. Fuks *et al* (2016) abordaram tal questão a partir da combinação entre duas variáveis, ao passo que Oliveira (2015) abordou tal aspecto por meio de um único indicador. Neste *paper*, optamos pela variável binária, cuja redação é “O(A) sr/sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?”, tendo como possibilidades de respostas “pulso firme” e “participação de todos”.

Tabela 4. Preditores da adesão à participação política

	América Latina	Estados Unidos
Sexo [masculino]	,965	1,255
Faixa etária	,976 *	1,675 ***
Etnia [branco]	,772 ***	1,151
Perfis		
Partidário ritual	1,068 *	,777
Partidário cognitivo	,1,457 ***	,938
Apartidário	1,322 ***	1,633
Constante	2,505 ***	2,020
% de acertos	69,9	91,0

Fonte: LAPOP (2012).

Para a dimensão da “adesão à participação política”, não verificamos efeitos significativos dos perfis dos eleitores estadunidenses enquanto variável explicativa, o que pode decorrer do fato de que o envolvimento associativo está profundamente internalizado no sistema de crenças daqueles indivíduos. Já na América Latina, há mecanismos e instrumentos que estimulam o envolvimento e a participação institucional em diversos países, como, por exemplo, os conselhos comunais na Venezuela, os conselhos de coordenação local no Peru, a lei de participação popular na Bolívia, os conselhos gestores no Brasil e os orçamentos participativos, iniciativa desenvolvida no Brasil e amplamente replicada entre países da América Latina (GUGLIANO, 2006; GONZÁLEZ, 2011; SINTOMER;

TRAUB-MERZ; HERZBERG, 2012; BLOJ, 2013; YÁÑEZ, 2013; LARA, 2013; McNULTY, 2013; GARCÍA, 2013; VENEZIANO; SÁNCHEZ; 2013; SAMPAIO, 2014)¹⁵, de modo que verificamos maior chance de partidários rituais (6,8%), partidários cognitivos (45,7%) e apartidários (32,2%) apoiarem a ampla participação popular do que de independentes apolíticos.

Por se tratarem de contextos diferentes e, internamente, das distintas configurações nacionais entre os países latino-americanos, tal dimensão necessitará de maior aprofundamento, o que pode se dar por meio da inclusão de indicadores referentes ao capital social, associativismo ou institucionalização da participação em modelos hierárquicos.

Por fim, a última medida aponta por Fuks et al (2016) diz respeito a “adesão ao princípio da representação”. Consideradas as dimensões de maneira comparada, tal indicador é aquele que atinge os menores percentuais entre ambos os conjuntos de cidadãos. A questão “Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?” apresentava uma escala de 1 a 7 pontos na qual os eleitores deveriam se posicionar em nível crescente de concordância. Recodificamos tal indicador de modo a dicotimizá-lo entre os que discordam desta possibilidade – os democratas – (pontos 1 a 3) e os que concordam com tal afirmação (pontos 4 a 7).

Tabela 5. Preditores da adesão ao princípio da representação

	América Latina	Estados Unidos
Sexo [masculino]	,978	1,076
Faixa etária	1,078 ***	1,134
Etnia [branco]	1,144 ***	,887
Perfis		
Partidário ritual	1,195 ***	1,176
Partidário cognitivo	1,225 ***	1,402
Apartidário	,996	1,041
Constante	,785 ***	,216 ***
% de acertos	52,8	73,7

Fonte: LAPOP (2012).

Assim como verificado para a dimensão anterior, no que tange à “adesão ao princípio de representação” também não identificamos efeitos significativos dos perfis dos eleitores estadunidenses como variável explicativa, de modo que a baixa importância atribuída aos partidos entre todos os tipos de eleitores daquele país carece de maior investigação. Uma possibilidade analítica é investigar a influência do bipartidarismo sobre o baixo entendimento de que os partidos são importantes ao funcionamento da democracia, uma vez que a polarização da competição eleitoral entre apenas duas legendas pode surtir efeitos pouco expressivos, não ter efeito ou estes serem negativos. Contudo, tal hipótese demanda a realização de pesquisa entre um conjunto de democracias consolidadas, com as quais a comparação da fragmentação partidária ou do número de partidos políticos existentes nas unidades nacionais sofreria menor impacto da variação dos anos de democracia do que se

¹⁵ Gimenes (2015) aponta um conjunto de referências que apontam, para além da América Latina, a existência de orçamentos participativos na Europa, África, Ásia e Oceania.

compararmos os Estados Unidos à América Latina.

Entre os latino-americanos, verificamos que apenas partidários se diferenciam estatisticamente de independentes apolíticos, o que significa que eleitores que não manifestam simpatia partidária também não se diferenciam em seu entendimento sobre a relevância dos partidos à democracia. Por outro lado, aqueles que se afirmam partidários têm chance semelhante de reconhecerem os partidos como essenciais ao regime, independente de seu nível de mobilização cognitiva, pois partidários rituais e cognitivos têm, respectivamente, 19,5% e 22,5% maior possibilidade de aderirem ao princípio da representação do que aqueles da categoria de referência.

6 Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pudemos confirmar parcialmente a tese de Dalton (2013) sobre os efeitos dos perfis dos eleitores, em especial do eleitor apartidário, sobre diferentes dimensões de adesão à democracia, conforme propostas por Fuks *et al* (2016). Para a maioria dos testes, o efeito foi no sentido esperado pela teoria e, na dimensão comparativa, com maior evidência para os Estados Unidos do que para as democracias latino-americanas.

Tais resultados são analiticamente animadores, pois permitem avançar na compreensão das complexas relações entre a posição do indivíduo na estrutura social, suas atitudes, valores e os seus padrões comportamentais na política. No caso específico, sabemos que a mobilização cognitiva tende a gerar eleitores portadores de valores democráticos, independente de passarem pelo atalho informacional dos partidos políticos.

Por outro lado, a ausência de efeito de algumas medidas - em especial aquelas relativas às dimensões democráticas concernentes à participação política e ao princípio da representação - nos coloca diante de alguns limites da tese de apartidarismo na explicação de determinadas dimensões da adesão ao regime entre os eleitores estadunidenses, ao menos no que tange à definição multidimensional definida por Fuks *et al* (2016).

São possibilidades analíticas para avançar nesta explicação [a] o refinamento dos testes com conjunto maior de democracias consolidadas, para as quais há dados em bases do *World Values Survey* (WVS), do *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) e Eurobarômetro, por exemplo, e [b] a construção de modelos multiníveis, que favoreçam o estabelecimento de comparações entre unidades nacionais com distintas configurações e tradições democráticas. Nesse sentido, entendemos ser relevante incluirmos indicadores como a obrigatoriedade/facultatividade do comparecimento eleitoral, a idade das democracias e o número efetivo de partidos, dentre outros aspectos de ordem social, econômica e relacionados aos sistemas político, eleitoral e partidário nacionais.

Da mesma forma, é de fundamental importância continuar o investimento em novas medidas de adesão à democracia, que sejam capazes de captar a complexidade do fenômeno em suas múltiplas dimensões. Dado que as dimensões propostas por Fuks *et al* (2016) tratam de aspectos procedimentais da adesão à democracia, um avanço nesta agenda de pesquisa implica na expansão das análises a

indicadores valorativos de manifestação do apoio ao regime, como tolerância e igualitarismo, por exemplo.

Referências

- ALAMINOS, A.; PENALVA, C. *The cognitive mobilization index: crises and political generations*. *Sage Open*. Disponível em <<http://sgo.sagepub.com/content/early/2012/02/28/2158244012440437>>. Acesso 27 mai. 2012.
- ALBALA, A. VIEIRA, S. M. *¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente*. *Política – Revista de Ciência Política*, v. 52, n. 1, 2014. p. 145-170.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, out. 2002.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BLOJ, C. E. Os OP na Argentina: balanço de um processo em expansão. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 133-150.
- BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York: Cambridge University, 2009.
- BORBA, J; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, n. 5, 2015a. p. 13-47.
- _____. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 101, mar. 2015b. p. 27-55.
- BOHRNSTEDT, G. W., KNOKE, D. *Statistics for social data analysis*. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.
- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. *Support for polyarchy in the Americas*. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, 2011. p. 1500-1526.
- CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. *Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America*. *Party Politics*, jul. 2013. p. 1-15. Disponível em <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/07/11/1354068813491538.full.pdf+html>>. Acesso em 13 dez. 2014.
- CONVERSE, P. E. *Of time and partisan stability*. *Comparative Political Studies*, n. 2, jul. 1969. p. 139-171.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.
- _____. *Political support in advanced industrial democracies*. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 57-77.
- DALTON, R.; WELDON, S. *Partisanship and party system institutionalization*. *Party Politics*, v. 12, n. 2, 2007. p. 179-196.
- EASTON, D. *A re-assessment of the concept of political support*. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia no Brasil: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, jan.-jun. 2016. p. 199-219.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. A. Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático. In: Seminário Nacional sobre Comportamento Político e

Opinião Pública, 1., Florianópolis, SC. *Working paper*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

GARCÍA, F. J. República Dominicana: 14 anos de gestão local participativa. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 213-218.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

_____. **Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

GIMENES, E. R.; BORBA, J.; CARREIRÃO, Y. de S.; RIBEIRO, E. A. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 39., 2015, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.

GUGLIANO, A. A. Participação cidadã e gestão pública: experiência da cidade de Montevidéu. **Revista Barbarói**, n. 24, 2006. p. 55-70.

KLINGEMANN, H. *Mapping political support in the 1990s: a global analysis*. In: NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University, 1999. p.31-56.

LARA, C. Participação democrática na Colômbia. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 187-200.

LUPU, N. *Partisanship in Latin America*. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). **The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts**. Ann Arbor: Michigan University (no prelo). Disponível em <<http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2015.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

McNULTY, S. Participação obrigatória: explorando a Lei do OP do Peru. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 201-212.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, fev. 2008. p. 11-43.

MORENO, A. Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (Orgs.). **Voto e estratégia de comunicação política na América Latina**. Curitiba: Appris, 2015. p. 41-59.

Norris, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University, 1999.

OLIVEIRA, R. A. de. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PAYNE, J. M. Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. **Democracies in development**. Politics and reform in Latin America. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2007. p. 149-

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

REIS, F. W. Engenharia e decantação. In: BENEVIDES, M. V.; VANUCCHI, P.; KERCHÉ, F. (Orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 13-32.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

RICO, G. *La formación de identidades partidistas en Europa: más allá de la teoría de Converse*. In: TORCAL, M. (Ed.). **La ciudadanía europea en el siglo XXI. Estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010. p. 143-174.

SAMPAIO, R. C. **Orçamentos participativos digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e- participação e e-democracia**. 363 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government**. New York: Holt, Reiner and Turner, 1942.

SINTOMER, Y.; TRAUB-MERZ, R.; HERZBERG, C. *Introduction: participatory budgeting: a global view*. In: SINTOMER, Y.; TRAUB-MERZ, R.; ZHANG, J. (Org.). **Participatory budgeting in Asia and Europe: key challenges of participation**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 1-26.

TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Orgs.). **Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics**. Londres: Routledge, 2006.

VENEZIANO, A.; SÁNCHEZ, I. Os OP no Uruguai: reflexão sobre casos de Montevideú e Paysandú. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 219-237.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Pioneira, 2005.

YÁÑEZ, P. P. Análise dos OP no Chile: um reflexo da evolução da política pública nacional? In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 175-186.

ANEXOS

Tabela A. Adesão às distintas dimensões da democracia na América Latina e nos Estados Unidos

	América Latina	Estados Unidos
Adesão normativa (posição churchilliana)	77,1	81,5
Adesão aos procedimentos de escolha	52,3	62,7
Rejeição a golpe militar em caso de alto desemprego	83,4	93,8
Rejeição a golpe militar em caso de muita criminalidade	58,5	71,5
Rejeição a golpe militar em caso de muita corrupção	60,8	69,9
Adesão normativa ao voto	84,5	91,2
Adesão à participação de todos	70,2	91,0
Adesão ao princípio da representação	51,4	26,4

Fonte: LAPOP (2012).

Tabela B. Adesão às distintas dimensões da democracia na América Latina por perfil do eleitor¹⁶

	Independentes apolíticos	Partidários rituais	Partidários cognitivos	Apartidários
Adesão normativa (posição churchilliana)	75,3	79,3	80,6	79,3
Adesão aos procedimentos de escolha	50,3	51,9	57,1	57,3
Adesão normativa ao voto	82,5	85,9	89,8	87,4
Adesão à participação de todos	68,5	69,8	76,0	74,0
Adesão ao princípio da representação	49,6	54,7	54,7	49,3

Fonte: LAPOP (2012).

Tabela C. Adesão às distintas dimensões da democracia nos Estados Unidos por perfil do eleitor

	Independentes apolíticos	Partidários rituais	Partidários cognitivos	Apartidários
Adesão normativa (posição churchilliana)	62	84,1	89,2	84,3
Adesão aos procedimentos de escolha	54,4	51,1	71,0	71,9
Adesão normativa ao voto	78,8	92,7	98,0	89,6
Adesão à participação de todos	89,7	90,5	91,2	93,9
Adesão ao princípio da representação	22,7	26,7	29,8	23,7

Fonte: LAPOP (2012).

¹⁶ A análise da composição dos perfis ao longo do período coberto pelo LAPOP, bem como das variáveis que os compõem, com ênfase na simpatia partidária, encontra-se em Gimenes (2015).